

FERNÃO DE OLIVEIRA E JOÃO DE BARROS: GRAMÁTICOS PORTUGUESES DO RENASCIMENTO¹

Nazarete DE SOUZA²

Resumo: Neste artigo pretendemos realizar uma breve discussão a respeito da relevância das obras dos primeiros gramáticos portugueses do século XVI, Fernão de Oliveira e João de Barros. Apesar do destaque que merecem outros intelectuais portugueses da época, como os ortógrafos Pêro Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão, pelo mérito de suas reflexões, tomamos como foco a obra de Oliveira (publicada em 1536) e a de Barros (publicada em 1540) por serem eles os autores dos primeiros estudos da Língua Portuguesa a serem intitulados “gramáticas” no Portugal renascentista. Justamente por serem os primeiros, suas obras são consideradas audaciosas, apresentando, muitas vezes, contradições, o que não diminui a singularidade e a originalidade de cada uma delas. A sucinta exposição veiculada no presente trabalho nos permite enfatizar a representatividade dessas obras para a instrumentalização da Língua Portuguesa num contexto em que as línguas românicas pleiteavam a sua autonomia em relação ao latim.

Palavras-chave: 1. Língua Portuguesa 2. Gramáticos 3. Fernão de Oliveira e João de Barros

Abstract: *The purpose of this article is to briefly discuss the relevance of the work of the first portuguese grammaticists in the 16th century, Fernão de Oliveira and João de Barros. Even though many other portuguese intellectuals, at that age, deserve to be mentioned, such as the orthographists Pêro Magalhães de Gândavo and Duarte Nunes de Leão, for their reflections, this work takes Oliveira's work (published in 1536) and Barros's work (published in 1540) as a focus for they have been the authors of the first studies of the portuguese language, to be entitled “grammatists” in the Renaissancist Portugal. For being the first ones on this manner, their works are considered audacious, presenting, many times, contradictions, which don't diminish at all the singularity and the originality of each one of them. The succinct exposition entailed to this work allows us to emphasize the representativity of these works for the instrumentalization of the Portuguese Language in a context in which the Romanic languages claimed their autonomy in relation to Latin.*

Keywords: 1. Portuguese Language 2. Grammatists 3. Fernão de Oliveira and João de Barros

¹ Redigido em 2008, este artigo é parte da Tese de Doutorado intitulada “Um estudo da ortografia da obra Os Lusíadas (1572), de Luís Vaz de Camões”.

² Doutora em Linguística pelo IEL/UNICAMP, sob orientação do Professor Doutor Luiz Carlos Cagliari. E-mail para contato: nazasdi@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A exposição que empreendemos neste estudo tem como foco os autores das primeiras obras portuguesas intituladas “gramáticas” - Fernão de Oliveira e João de Barros. Tais estudiosos, influenciados pelas discussões em prol da autonomia das línguas românicas da língua-mãe, o latim, muitas vezes apresentaram propostas contraditórias, pois pretendiam a emancipação do português como língua escrita, mas não se desvincularam de todo do modelo latino. Todavia, nossa escolha para contextualizar a situação do português neste período se justifica pelo fato de seus trabalhos possuírem grande valor como fontes de estudos para a descrição do português do século XVI. Para acentuar a importância que tiveram no momento em que surgiram, em primeiro plano conceituaremos brevemente o Renascimento e o que se define por “questão da língua” para, em seguida, caracterizarmos as referidas obras no cenário românico.

I. O RENASCIMENTO E A “QUESTÃO DA LÍNGUA”

Denominou-se Renascimento uma manifestação cultural que se difundiu pela Europa durante os séculos XV e XVI. Caracterizou-se o Renascimento pela passagem de uma visão teocêntrica de mundo para uma visão antropocêntrica, contrariando a mentalidade da Idade Média. Essa mudança de foco central na concepção da vida desenvolveu no homem o seu espírito crítico e a confiança em suas potencialidades. Bastava que ele aplicasse a sua capacidade criadora para o desenvolvimento de novos conhecimentos. Em função disso, os eruditos do Renascimento, não aceitando mais os valores medievais, tenderam a valorizar a Antiguidade Greco-Romana, sem que isso significasse uma mera cópia das realizações dos Antigos. Pretendiam, sim, encontrar, nestes, inspiração para um ideal do novo homem: um ser geral, universal, impessoal. As concepções renascentistas refletiram-se em todos os setores do saber humano, nas artes, nas ciências, na política.

Na busca incessante de novas conquistas, muitas invenções foram aperfeiçoadas, dentre elas, talvez a mais significativa tenha sido a invenção da Imprensa, na segunda metade do século XV, já que ela revolucionou a produção de material impresso, permitindo o acesso a obras que até então estavam restritas aos mosteiros e às abadias. O acesso a tais obras trouxe à luz os grandes clássicos greco-romanos que se tornaram modelos para os escritores renascentistas. Nos clássicos, encontravam questões básicas que respondiam aos seus anseios.

Em meio a essa efervescência renascentista, é levantada também a “questão da língua”. Por “questão da língua” entende-se a tomada de consciência da legitimidade das línguas vernáculas em relação ao latim. As línguas vernáculas vão progressiva e definitivamente substituindo o latim nos níveis literário, científico e administrativo. Como assinala Buescu:

(...) Assim, se alguns intransigentemente, se agarram à velha tradição humanística, e defendem à ponta de espada a primazia do latim, nós vemos que essa defesa é vã, e que, à partida, a causa está perdida. As línguas vernáculas abriram definitivamente caminho, e debalde Romolo Ama-seo, em 1529, pronuncia duas orações “De Lingua Latina usu retinendo” (Buescu 1984, pp. 14-15).

Com a maioria das línguas românicas e o seu uso nos diversos setores sociais, consequentemente, impôs-se o problema da escrita, que seguia submissa ao sistema latino. Os usuários da escrita, conscientes de que falavam uma língua, mas tinham de escrever em outra, dispuseram-se a representar graficamente a sua própria língua materna. Entretanto, com a difusão de textos promovida pela imprensa, o acesso à leitura deixou de ser restrito a um pequeno grupo para atingir um público cada vez mais amplo. Esse número crescente de leitores exigia, então, que os textos veiculados apresentassem uma uniformidade na escrita, até então entregue à imaginação de cada escrivão. Nas palavras de Buescu:

Com efeito, a introdução da imprensa apresenta-se como um instrumento novo que vai proporcionar ao próprio acto comunicativo uma força até então insuspeitada, perante a qual a primeira reacção é quase a dum temor reverente. (...) À anarquia ortográfica do escrivão, sujeito à sua imagina-

ção e até a projectos e iniciativas individuais, por vezes caprichosos e discordantes ou mesmo dependentes da fantasia ornamental e simbólica do espírito medieval, sucede a supremacia da vaga tipográfica avassaladora e tão capaz de recusar propostas como de impor costumes. Sempre, porém, no sentido duma regularização. (...) (Buescu 1984, pp.28).

É nesse contexto que se desencadeia o esforço no sentido de codificar as línguas vernáculas, fazendo delas objeto de reflexão e de estudos. Essas reflexões iniciais aconteceram na Itália, a partir da obra de Dante *De Vulgari Eloquentia*. Daí por diante, proliferam obras desse carácter, alçando as línguas românicas ao nível do latim. Como salienta Buescu:

Com efeito, duma tomada de consciência que fora, talvez, lenta durante os séculos preparatórios do Renascimento, passa-se na primeira metade do século XVI, para uma consciência nacional, desde a Itália, a Castela, a Portugal, e à França: é de facto na primeira metade do século que se desencadeia na Europa românica o esforço de codificação das línguas vulgares, após a abertura precoce dos italianos e da gramática castelhana de Nebrija, em 1492 (Buescu 1984, pp.78-79).

Por sua vez, ao se afirmarem como línguas independentes, houve a necessidade de sistematizá-las. Todavia, a realidade linguística das línguas vernáculas se apresentava diferente da do latim e, portanto, fazia-se necessário a tais línguas criarem suas próprias regras. Sendo assim:

(...) a gramática deixa de ser 'só' gramática latina, para ser vernacular, mas passa a ser 'só' a redução dos fenómenos lingüísticos a uma ordem descritiva e normativa: o estudo dos mecanismos da língua e não qualquer outro tipo de obras cuja focagem é o fenómeno lingüístico sobre perspectiva diferente (Buescu 1983, p. 14).

Fávero corrobora:

As gramáticas vulgares são normativo-pedagógicas (...) e têm a preocupação de mostrar que as línguas vulgares, capazes de serem postas em regras, têm direito a posição de destaque. Ao mesmo tempo em que adotam o modelo da gramática latina, modificam-no em função ou de seu ponto de vista descritivo ou dos materiais de que dispõem (as línguas vernáculas); trata-se de codificar seu uso: (...) (Fávero 1996, p. 34).

As primeiras tentativas de sistematização das línguas românicas, embora apresentassem lacunas ou até mesmo incoerências, foram

uma tarefa árdua para seus autores, constituindo-se em propostas muitas vezes revolucionárias. Ao buscarem sistematizar uma língua vulgar, eles se viram no dilema de, por um lado, romper com a tradição - personificada na gramática latina - e, por outro lado, tê-la como único modelo. Deste modo:

Se nos parece que a consciência românica implicara um processo de certo modo lento e penoso, queremos dizer com isso, fundamentalmente, que os homens do Renascimento se encontraram perante uma situação dilemática e radicalmente contraditória. (...) Assim, por um lado, eles encontram nos modelos clássicos o 'seu' próprio modelo. Mas, por outro lado, - e aí actua o profundo sentido duma conquista de autonomia mental - reivindicam a 'sua' própria existência em termos contrastivos em relação àquela existência fechada que era já para eles o Universo mental clássico (Buescu 1984, p. 79).

Como resultado, ainda que de certa forma permanecessem ligados etimologicamente ao latim, assumiram uma atitude presencialista no sentido de projetar o uso sistemático da língua vernácula. Assim, no âmbito da língua, os gramáticos renascentistas deixam de lado a especulação a respeito da origem e da motivação do vocábulo; sua preocupação é, nesse momento, estabelecer o que o uso definiu e consagrou em relação às línguas românicas.

2. A LÍNGUA PORTUGUESA E OS SEUS PRIMEIROS GRAMÁTICOS

Em Portugal, que acompanhava a revolução cultural que caracterizava o cenário europeu no século XVI, a “questão da língua” também se impunha. Mas, em Portugal, a “questão” apresentou via dupla. Primeiro, pelo binômio *latim/vulgar*, depois, numa transferência, pelo binômio *português/castelhano*. O primeiro - latim/vulgar - estabelecia uma relação de proximidade do vulgar com o latim, ainda que esta proximidade não realçasse apenas as semelhanças. Isso porque, ao exaltarem as semelhanças da língua vernácula com o latim, os intelectuais portugueses queriam, com isso, também explicitar as diferenças entre as duas línguas. Como afirma Buescu:

Quando os humanistas acentuam e exaltam a semelhança com o latim, implicitamente querem sublinhar a diferença (...). Assim, o latim passa a

estar ao “serviço” do português, serviço polivalenciado, na medida em que é origem, modelo e fonte. É também razão de diferença (Buescu 1984, pp. 70-71).

Já o segundo binômio - português/castelhano - caracterizou-se como um confronto competitivo, uma relação de risco, pois o castelhano era a língua de uma nação forte com a qual Portugal tinha rivalidade tanto na política interna como na política externa (expansionista). Fazia-se necessário, então, combater arduamente a oposição entre as duas línguas vulgares, como afirmação da autonomia de Portugal frente a sua rival. Para isso, enfatizar o binômio latim/vulgar tornava-se viável, na medida em que ao se estreitarem os laços com a língua-mãe enfraquecia, ou neutralizava, o confronto português/castelhano. Diante dessa realidade, vê-se que:

(...) a reaproximação com o latim representa o estreitamento dum vínculo que, sendo tutelar, é também libertador. Daí decorrem profundas consequências culturais. Tentam reforçar-se os verdadeiros elos e encontrar, até, outros novos e por vezes artificiais, manobra inserida numa estratégia que, efectivamente, vai resultar (Buescu 1984, pp.71-72).

Consequentemente, são muitas as receitas para o bem escrever a língua materna. Surgem decretos, tratados ortográficos, cartinhas e gramáticas. Dentre os primeiros teóricos da Língua Portuguesa destacam-se Fernão de Oliveira e João de Barros. O primeiro é responsável pela *A gramática da linguagem portuguesa* (1536) e o segundo é autor da *Gramática da língua portuguesa, seguida de diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540).

Embora Fernão de Oliveira tenha publicado quatro anos antes de João de Barros, muito já se discutiu a que obra, a de Oliveira ou a de Barros, se aplica definitivamente o título de primeira gramática de Língua Portuguesa. Isso se deve exatamente ao fato de o próprio Fernão de Oliveira considerar a sua obra, não uma “gramática”, mas uma “primeira anotação” da Língua Portuguesa. Quanto a essa posição, afirma Buescu:

Quanto aos gramáticos portugueses, verifica-se que a posição de Fernão de Oliveira é bastante difusa, uma vez que ele não se propõe apresentar uma obra sistemática mas apenas “anotar” a língua portuguesa. (...)

Quanto a João de Barros, reconhecemos neste ponto a superioridade da sua obra em relação com a dos seus congêneres portugueses, já que Magalhães de Gândavo não aborda, no seu breve tratado ortográfico a problemática gramatical (...) (Buescu 1983, pp.155-156).

Em relação aos autores, conforme Buescu, Fernão de Oliveira era:

(...) o representante de um aventureirismo cultural e, de certo modo, contestatário, feito de intuição e indisciplina, com alguns toques de gênio. O segundo, João de Barros, representará o estatuto majestático de uma aristocracia mental de que toda a sua obra – e também a área – é um expressivo depoimento (...) (Buescu 1983, p.15).

Discussões à parte, fato é que essas obras significaram um marco na história da escrita do português, pela audaciosa iniciativa que tiveram seus autores ao oficializarem as reflexões sobre a Língua Portuguesa, ainda que carecessem de “utensilhagem técnica”³ e, por isso mesmo, tivessem de conscientemente trabalhar com a preocupação dupla de fazer o novo partindo do já existente.

Quanto à “questão da língua” em Portugal, os dois estudiosos, embora unidos no ideal da legitimização da Língua Portuguesa, assumiram posições e adotaram práticas diferentes. Conforme Buescu:

(...) Se Oliveira é muito mais severo em relação ao binômio latino/português, é mais atenuada a sua consciência do desenvolvimento do castelhano como língua literária. Barros anula qualquer oposição quanto ao primeiro binômio (...). Para ele, o latim é sempre o modelo exemplar e a razão de prestígio. E, quanto ao castelhano, a oposição implícita toma uma forma discreta (ou não fosse ele o escritor palaciano sempre elegante e atento à contenção do seu discurso) (...) (Buescu 1983, pp. 233-234).

Nesse contexto, a obra de Oliveira, apresenta-se como “(...) um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico” (Buescu 1978, p. 52). No decorrer de sua gramática, Oliveira define a linguagem, discute a formação de palavras e se propõe a definir “gramática”. A parte mais original da obra, contudo, segundo a autora, é o “pormenorizado estudo da pronúncia, articulação e grafia dos sons portugueses” (Buescu 1978, p. 52).

³ Termo utilizado por Buescu, 1983, pp. 186-187.

Outro aspecto que a autora considera curioso é a utilização de uma nomenclatura original, expressiva e inovadora – *palavras apartadas e juntas, mudadas, primeiras, tiradas*. Nenhum gramático posterior a Oliveira utilizou-se dessas denominações.

Quanto a João de Barros, sua gramática apresenta um cunho estritamente didático. O latim é sua língua de referência e também modelo gramatical, mas o autor reconhece, todavia, a individualidade da Língua Portuguesa em relação à latina. Contudo, a latinização em João de Barros é mais formal que essencial, pois se preocupa ele mais em demonstrar diferenças que relacionar identidades. A esse respeito afirma Buescu:

(...) No caso de João de Barros, o mais “latino” de nossos gramáticos, poderemos, talvez, afirmar que a sua subordinação ao modelo clássico é mais formal do que real, isto é, mais superficial do que profunda. A análise do texto barrosiano mostra-nos, estatisticamente, que ele se preocupa mais em demonstrar diferenças do que identidades. Coloca-se numa perspectiva metodologicamente contrastiva, mesmo quando adoptando o esquema que poderá servir a “todas linguagens” não já como esquema latino, apenas, mas como esquema universal (Buescu 1983, pp. 187).

Essa preocupação em individualizar a Língua Portuguesa da latina fica clara a todo o momento com a utilização, pelo gramático, de *nós* (os portugueses) em oposição a *eles* (os latinos). Ainda, segundo a mesma autora, um dos aspectos mais interessantes na obra de João de Barros consiste em que ele tenha discernido as principais inovações que as línguas românicas apresentariam em relação a sua independência do latim. Além disso:

pela riqueza de sua reflexão sobre o fenômeno misterioso da linguagem, meio privilegiado pela comunicação humana, João de Barros parece ser, com efeito, o maior dos gramáticos e “proto-linguistas” do Renascimento português, participante criativo nas grandes criações do Humanismo Europeu (Buescu 1978, p. 72).

A preocupação em contrastar o português e o latim também se revela em Fernão de Oliveira “(...) embora bastante mais diluída, menos frequente e, sobretudo, menos regularmente utilizada como método (...). A conformidade, pois, para Fernão de Oliveira,

parece constituir um índice de “vassalagem” linguística que rejeita e que prefere escamotear” (Buescu 1983, pp. 192-193).

Junto com a preocupação em sistematizar gramaticalmente as línguas vernáculas, impunha-se também a preocupação em uniformizar a ortografia. Se a escrita já se constituía complexa estando subordinada ao sistema latino, ao romper com este o problema agrava-se, pois os usuários da escrita se viram sem um sistema estabelecido para seguirem:

Efectivamente, as realidades lingüísticas da România, apresentavam-se completamente diferentes da latina e era, por conseguinte, necessário encontrar novos símbolos e representações gráficas que correspondessem e pudessem representar o novo sistema fonético (Leão 1983, p.19).

Ou, ainda, conforme Buescu:

(...) e se eles [os gramáticos portugueses] claramente aperceberam o conceito de língua como sistema de equilíbrios e coerências, parece-nos também claro que esse outro problema, a existência ou aspiração a uma norma-padrão, foram igualmente sensíveis: segundo um discurso evidentemente diferente do discurso moderno mas, talvez dotado duma total ou, pelo menos, grande eficácia (Buescu 1983, p.209).

Ainda que não se devam desprezar as demais tentativas de uniformização da época, mais uma vez, destacamos os trabalhos de Fernão de Oliveira e João de Barros pelo fato de que os seus projetos ortográficos procuraram singularizar as peculiaridades do português em relação ao sistema ortográfico latino. Isso não isenta, todavia, tais gramáticas de apresentarem muitas contradições. Pereira argumenta: “Vale a pena observar que a doutrina dos primeiros gramáticos a respeito da questão ortográfica nem sempre se apresenta de modo uniforme, e as soluções por eles encontradas não foram, certamente, difundidas e aceitas de imediato” (Pereira 1999, p.160). Fernão de Oliveira, por exemplo, preconizou um sistema ortográfico regular e simplificado, mas nem ele próprio seguiu as suas regras. Em sua obra encontram-se os mesmos vocábulos escritos de diversas maneiras, bem como o emprego irregular de maiúsculas. Em João de Barros, é notável a irregularidade na grafia de vogais.

Importa salientar, todavia, que os “problemas” encontrados nessas obras resultam de tentativas iniciais e não ignorância de seus autores. O trabalho com a língua é uma tarefa extremamente complexa, pois os dados disponíveis não são objetos estáticos no tempo e no espaço. A língua é dinâmica. Fernão de Oliveira e João de Barros foram os primeiros a se debruçarem na Língua Portuguesa como objeto passível de codificação e regras, de forma científica. Os seus trabalhos possuem grande valor como fontes de estudos para a descrição do português do século XVI. O papel que esses gramáticos exerceram no cenário português nada deixa a desejar aos demais gramáticos renascentistas das línguas vernáculas. Eles foram audaciosos ao tomarem para si a responsabilidade de projetar a Língua Portuguesa ao nível do latim, língua veicular da tradição e da cultura. Enfim, Oliveira e Barros “(...) situam-se no centro do vasto florescimento europeu que iria dar corpo à assunção definitiva das línguas vulgares (...)” (Buescu 1983, p. 24).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve exposição teórica a respeito das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros permite-nos enfatizar a representatividade dessas obras para a instrumentalização da Língua Portuguesa, no século XVI. Os seus autores foram intelectuais ativos, ambiciosos nos seus projetos, sensíveis e engajados quanto à problemática linguística no cenário renascentista. As incoerências que essas obras apresentaram são irrelevantes diante do que legaram como fonte de estudos para a história ortográfica e gramatical do português da época. Ainda é preciso lembrar que um trabalho pioneiro é feito de experimentos e nem sempre há modelos a serem seguidos tal e qual. No caso da codificação da Língua Portuguesa, havia o modelo latino, muito próximo, inclusive. Mas a essa altura, as duas línguas já se encontravam bem distintas entre si e a mera cópia do modelo latino não cabia à realidade da Língua Portuguesa. Foi preciso inovar a partir do modelo que possuíam e isso os gramáticos portugueses do século XVI fizeram com destreza, vigor e patriotismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. (Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha). Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por M. L. C. Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1971.
- BUESCU, M. L. C. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Oficina Gráfica da Livraria Bertrand. Coleção Biblioteca Breve, vol. 18, 1978.
- BUESCU, M. L. *Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: IN – CM, 1983.
- BUESCU, M. L. *A língua portuguesa, espaço de comunicação*. Lisboa: ICLP/ME/Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio de Veiga & Antunes, Lda. Coleção Biblioteca Breve, vol. 85, 1984.
- FÁVERO, L. L. *As concepções lingüísticas do século XVIII. A gramática portuguesa*. Campinas (SP): UNICAMP, 1996.
- OLIVEIRA, F. de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas por M. L. C. Buescu. Lisboa: IN – CM, (1975).
- PEREIRA, T. L. G. Aspectos gráficos de um manuscrito quinhentista. In: *Revista de Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador: UFBa, no. 23-24. pp. 155-168, 1999.